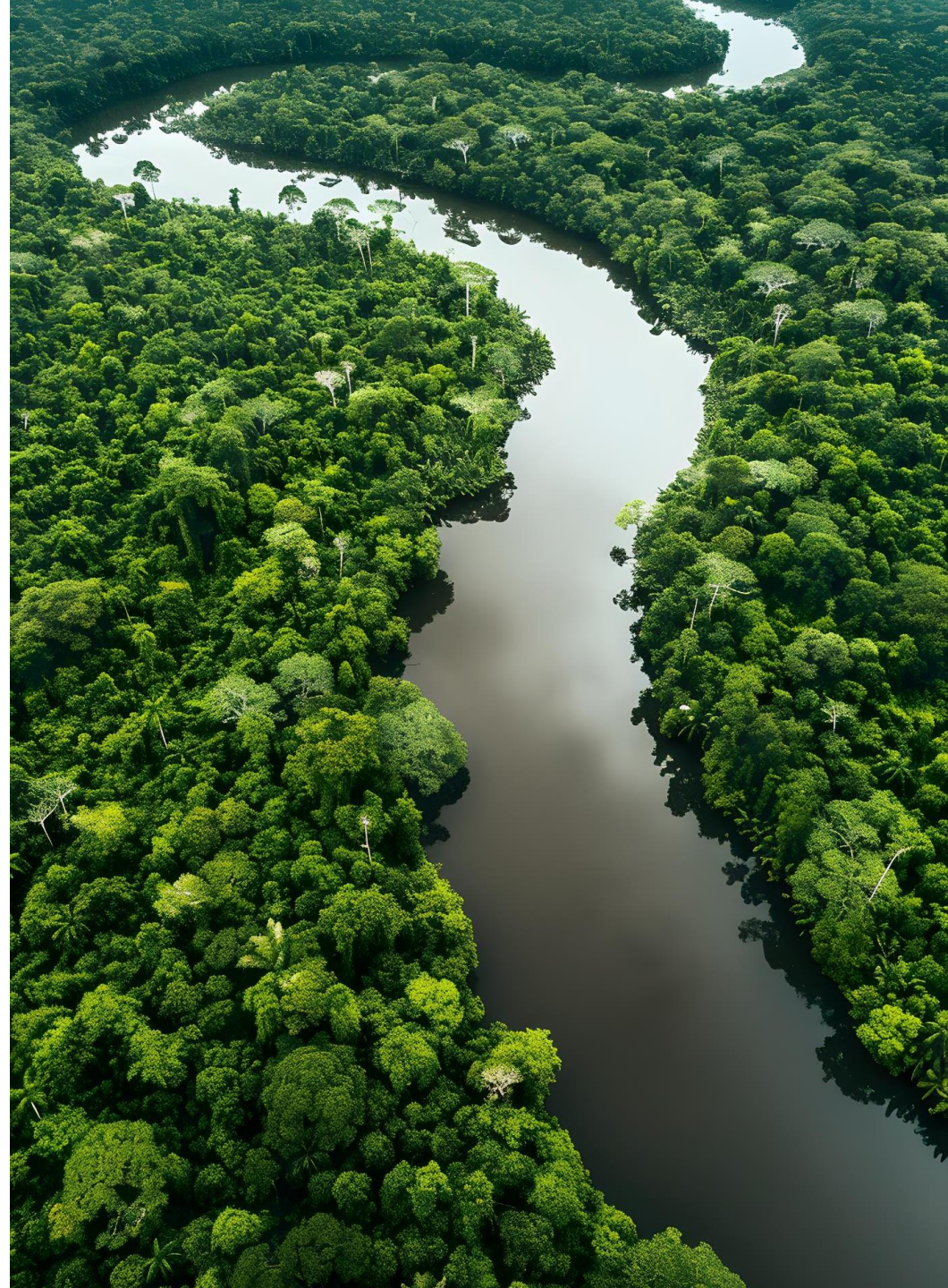


Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Daniel Cardoso Leal
Secretário do Tesouro Nacional

08 de julho de 2026



1 Cenário Macroeconômico e Fiscal

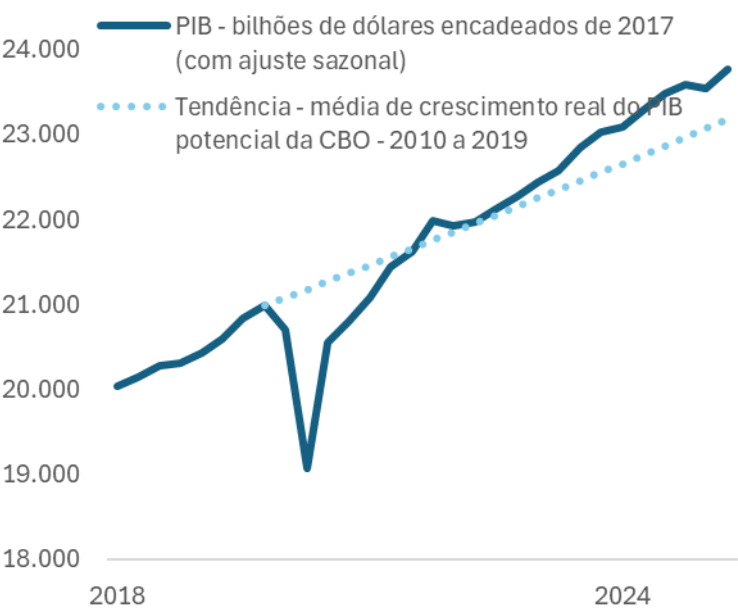
2 Relatório Quadrimestral: 1º
Quadrimestre de 2026



Após crises, os países enfrentam dificuldades para retomar a tendência de crescimento.

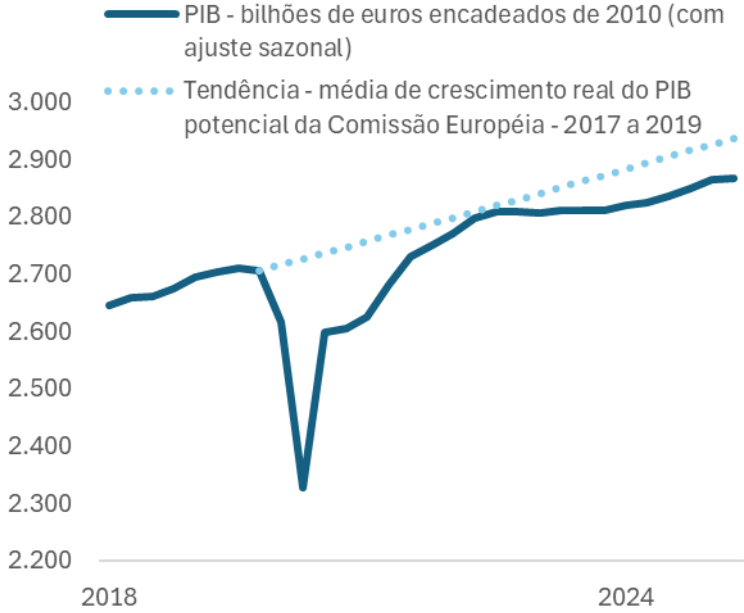
Os Estados Unidos se destacaram ao registrar uma retomada do PIB em ritmo mais acentuado.*

Estados Unidos



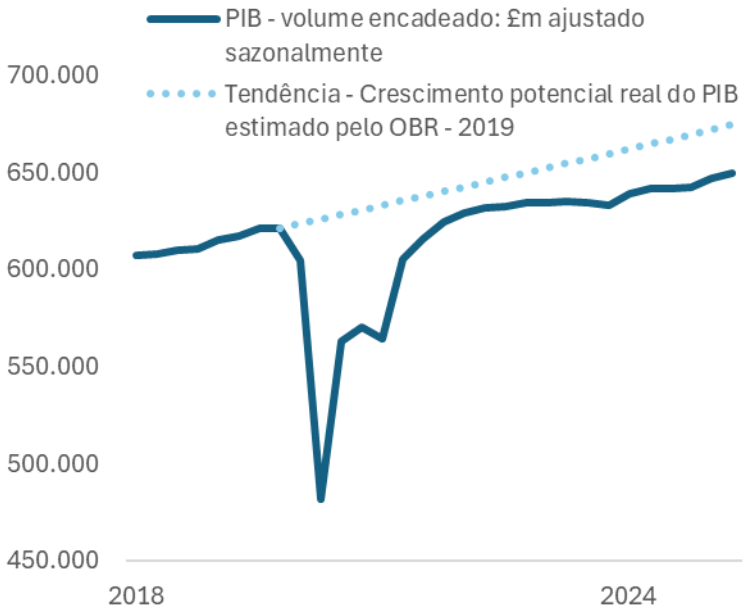
Fonte: FED St. Louis e Congressional Budget Office - CBO

Zona do Euro



Fonte: FED St. Louis e Comissão Europeia

Reino Unido



Fonte: Office for National Statistics e Office for Budget Responsibility - OBR

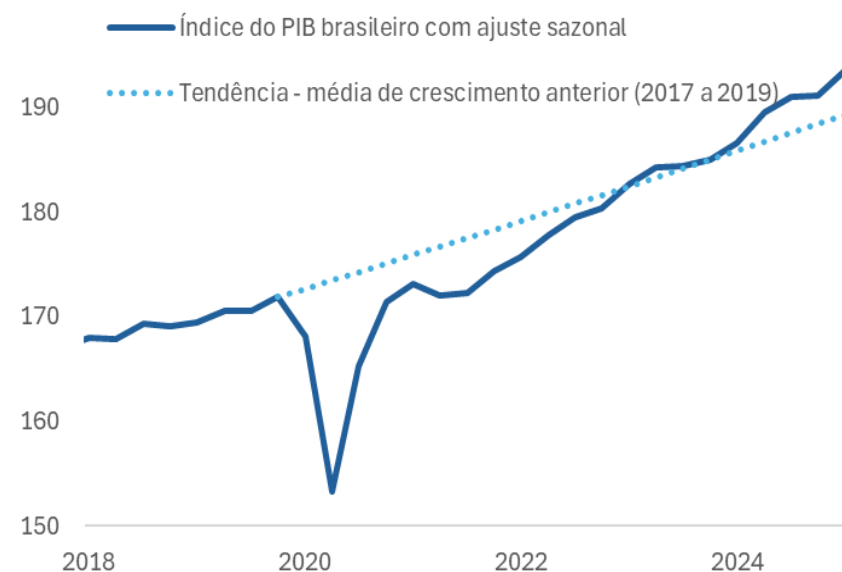
* [FEDS Notes, Why is the U.S. GDP recovering faster than other advanced](#)



Tendência semelhante se observa para os mercados emergentes

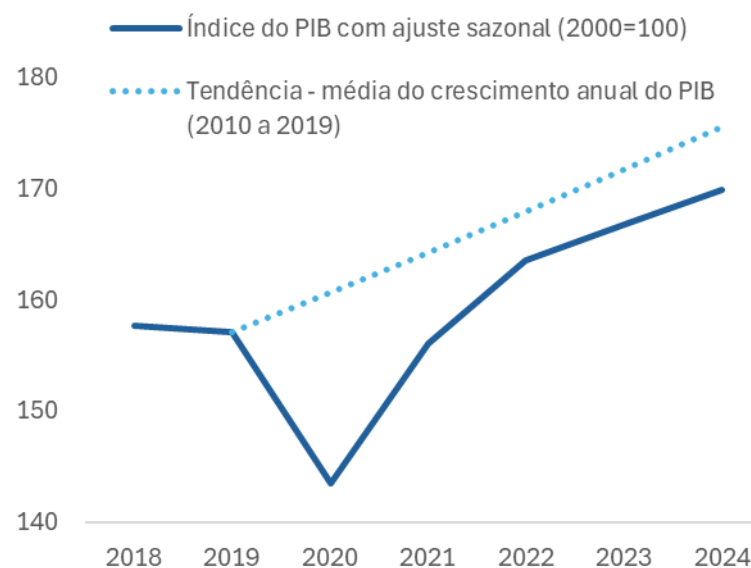
Já o Brasil se destaca por superar a tendência de crescimento prévia à pandemia, após uma série de reformas estruturais

Brasil



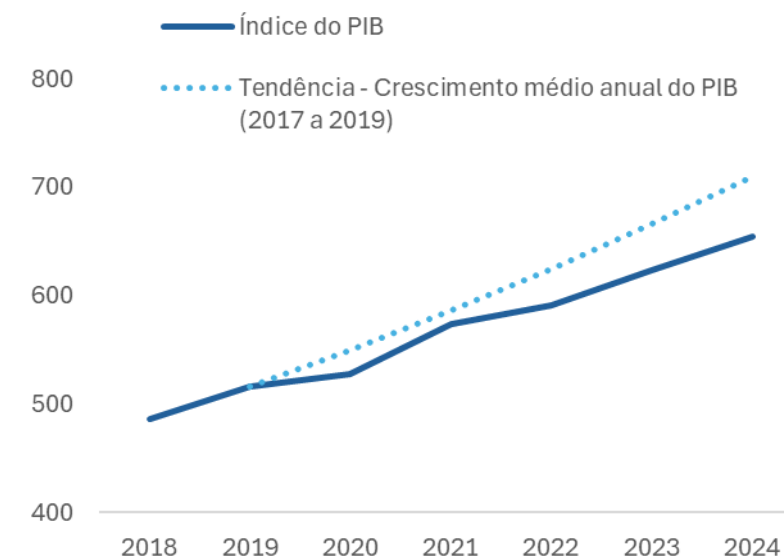
Fonte: IBGE

América Latina (exceto Brasil)



Fonte: FMI (WEO
abr/25)

China

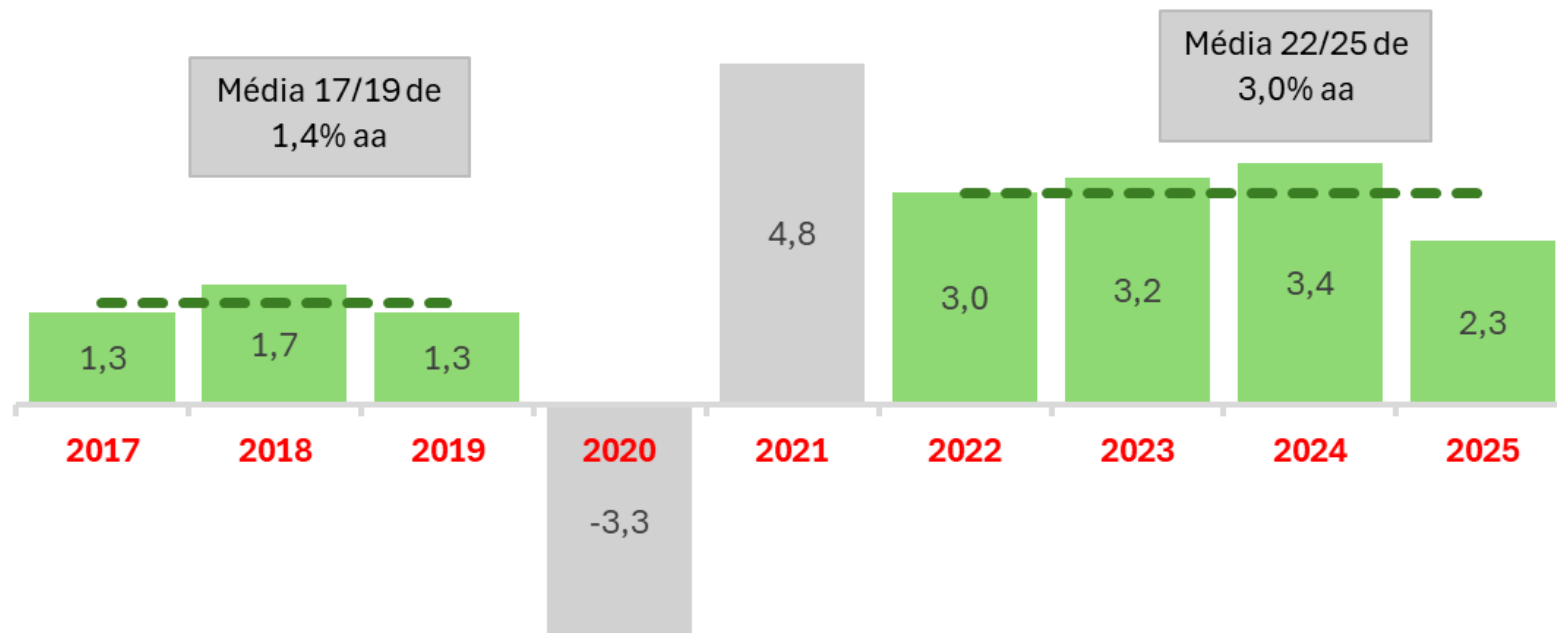


Fonte: FMI (WEO
abr/25)

Crescimento atual do PIB brasileiro supera a media anterior à pandemia

A melhora do crescimento se dá, em grande medida, às reformas econômicas dos últimos anos

Crescimento do PIB - Brasil (%)

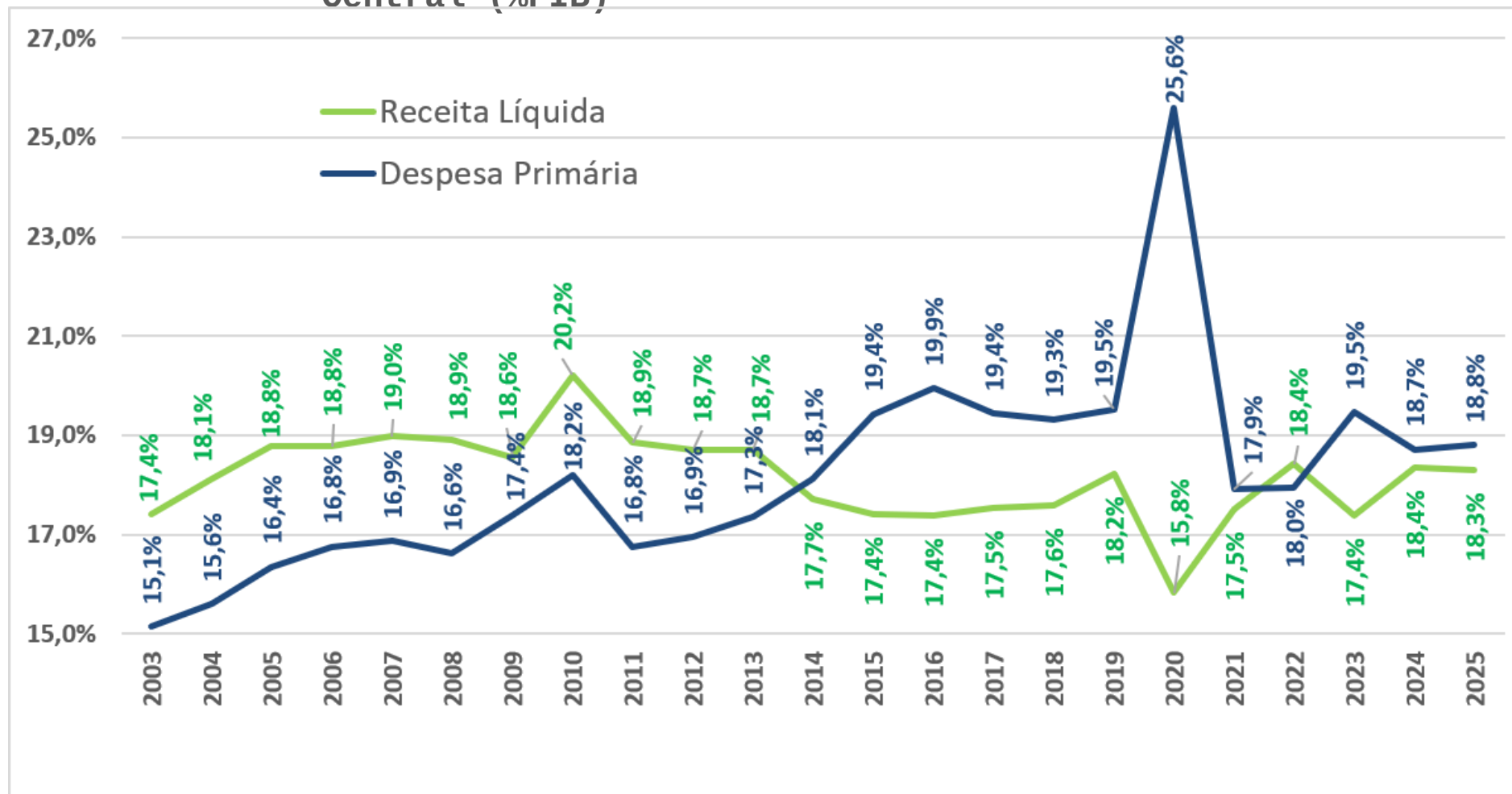


Fonte: IBGE



Controle das despesas/PIB no médio prazo

Evolução das Receitas e Despesas do Governo Central (%PIB)



Fonte: STN.

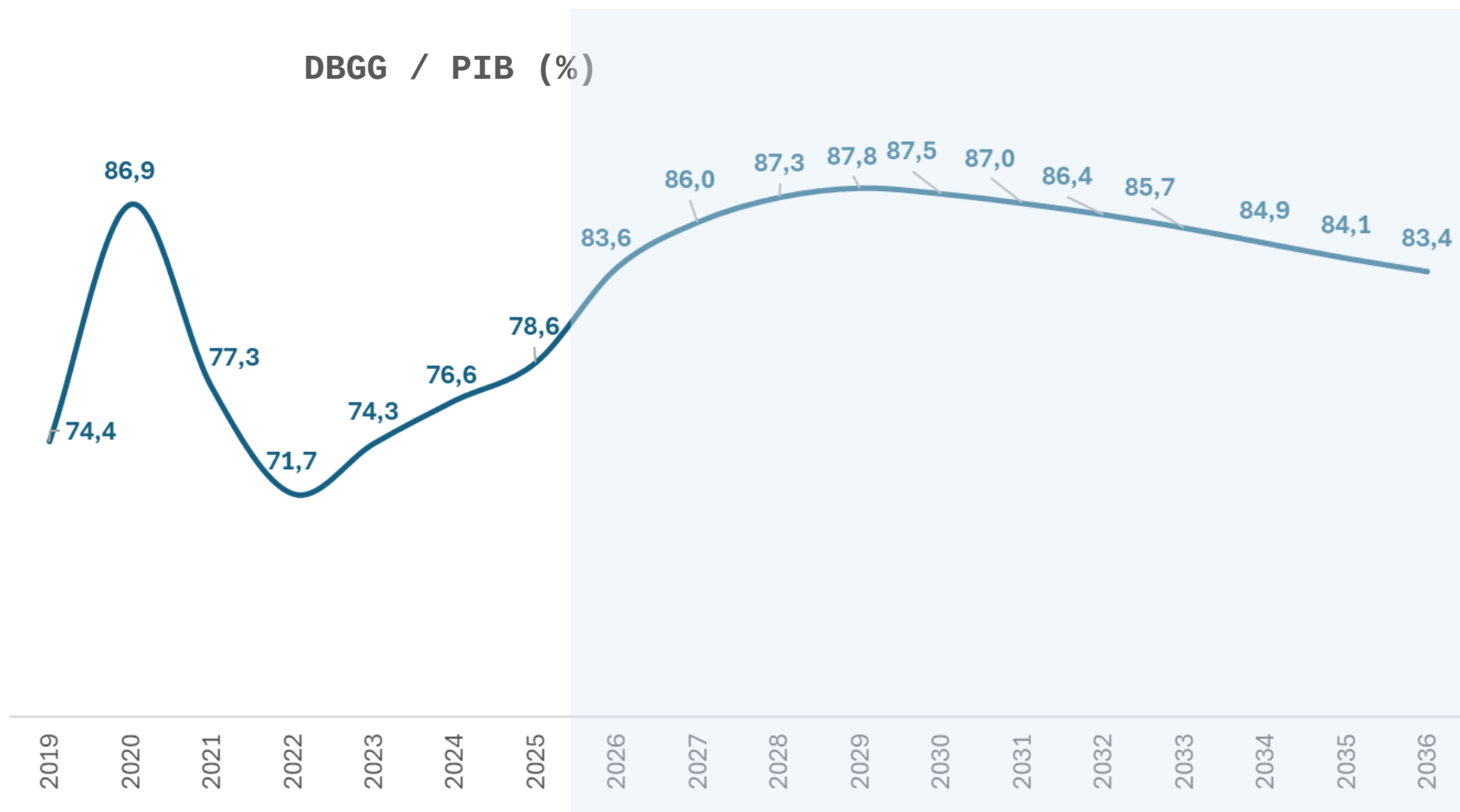


O PLDO 2027 indica superávits crescentes nos próximos anos

Resultado Primário (2024-2025) e Meta (*) (2026-2030) do Governo Central - %PIB

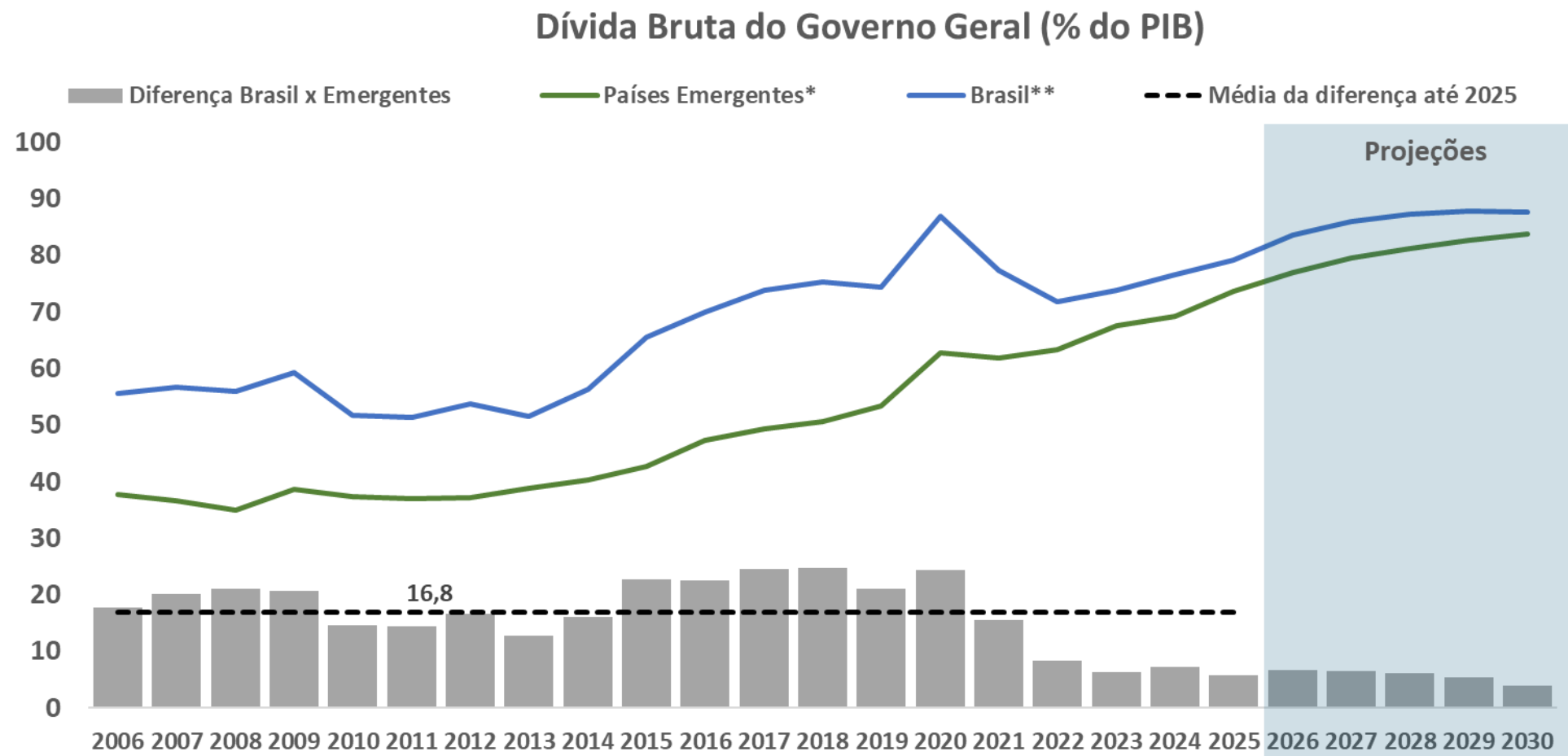


Estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral no médio prazo



A relação DBGG/PIB comparada à media ponderada das 20 maiores economias emergentes está próxima à mínima histórica

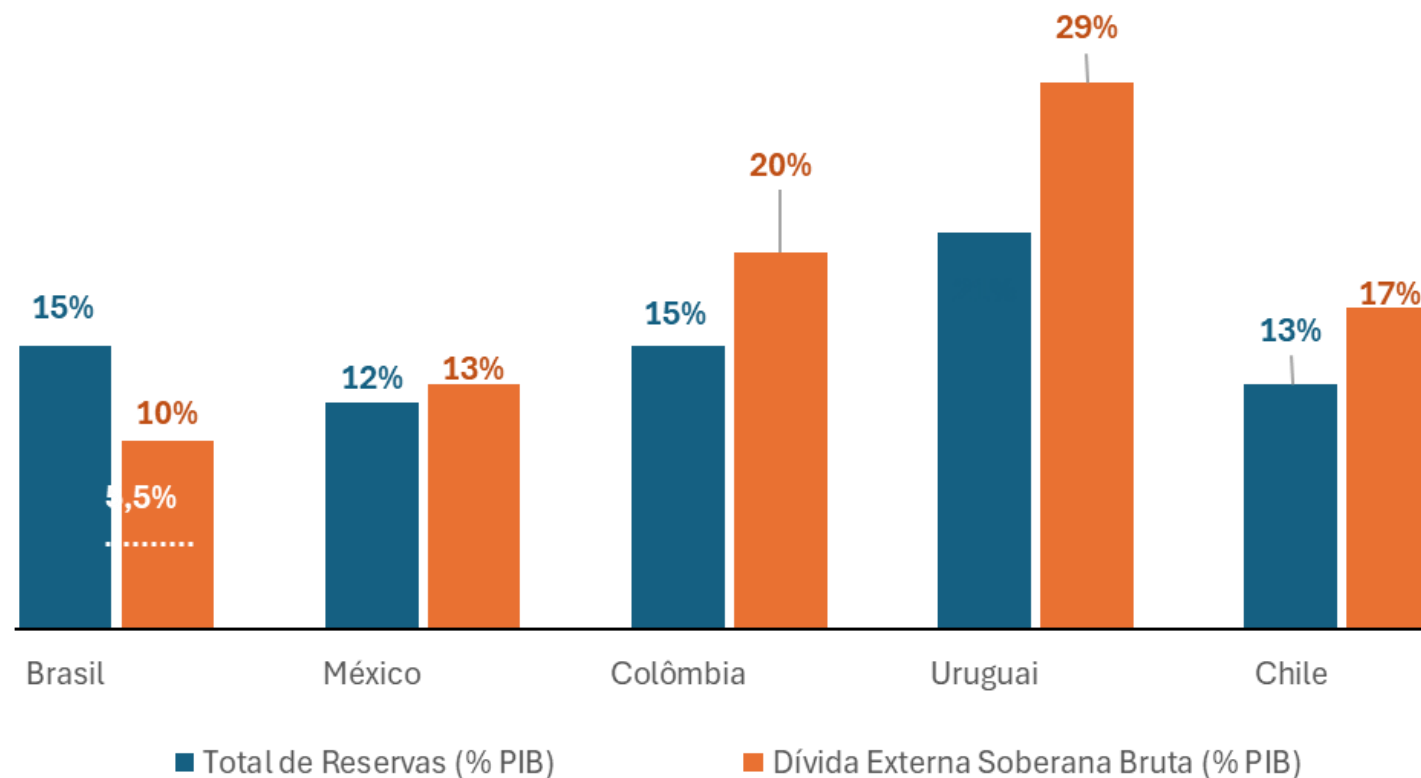
DBGG - Comparação internacional



Reservas totais significativamente maiores que a dívida soberana externa

Governo Federal do Brasil é um credor externo

Reservas Internacionais e Dívida Soberana Bruta Externa em 2024 (% PIB)



Uma série de atualizações positivas na classificação de crédito do país reflete avanços nas perspectivas econômicas e aproxima o Brasil do grau de investimento.

	S&P	2022	2023	2024	2025
Grau de Investimento	BBB+ BBB BBB-				
Grau especulativo	BB+ BB BB- B+	BB-	BB	BB	BB

S&P Global
Ratings

Em 5 de junho de 2025, a S&P manteve a nota de crédito soberana do Brasil em 'BB', com perspectiva **estável**.

	Fitch	2022	2023	2024	2025
Grau de Investimento	BBB+ BBB BBB-				
Grau especulativo	BB+ BB BB- B+	BB-	BB	BB	BB

Fitch
Ratings

Em 25 de junho de 2025, a Fitch manteve a nota de crédito soberana do Brasil em 'BB', com perspectiva **estável**.

	Moody's	2022	2023	2024	2025
Grau de Investimento	Baa1 Baa2 Baa3				
Grau especulativo	Ba1 Ba2 Ba3 B1	Ba2	Ba2	Ba1	Ba1

MOODY'S

Em 30 de maio de 2025, a Moody's manteve a nota de crédito soberana do Brasil em 'Ba1', com perspectiva **estável**.



1 Cenário Macroeconômico e Fiscal

2 Relatório Quadrimestral: 1º Quadrimestre de 2026



Relatório Quadrimestral e a Legislação

- O **art. 72 da LDO-2026** estabelece que, até trinta dias após a publicação da LOA, deverá ser publicado cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do **art. 8º da LRF**, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.
- O **art. 9º da LRF** e o **art. 166 da LDO-2026** determinam que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro seja encaminhado ao Congresso Nacional, até três dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, relatórios de **avaliação do cumprimento da meta de resultado primário, e da trajetória da dívida pública federal**, com as justificativas de eventuais desvios e a indicação das medidas corretivas adotadas.

Acompanhamento da meta de resultado primário do Governo Federal

- O Governo Central realizou superávit primário de R\$ 9,0 bilhões, cumprindo a programação para o quadrimestre.
- As empresas estatais apresentaram déficit de R\$ 6,5 bilhões.

Resultado primário realizado do Governo Federal – Janeiro a

Esfera	Mar/26 Dec. 12.914 [A]	Programação Ajustada [B]	Resultado Realizado [B]	Desvio [C]=[B]-[A]
Governo Federal	-25.623,4	-89.475,8	2.578,7	92.054,6
Governo Central	-31.135,2	-85.357,6	9.029,6	94.387,2
Empresas Estatais Federais	5.511,9	-4.118,3	-6.450,9	-2.332,6
Memo :				
Intervalo de Tolerância (LDO 2025 - art. 2º §1º)	34.264,6	34.264,6		
Deduções à Meta de Primário do Governo Central	59.096,4	54.222,3		
Precatórios - EC 136/2025	57.836,1	53.602,6		
Projetos Estratégicos em Defesa Nacional (LC 221/2025)	656,5	619,7		
Despesas temporárias da Saúde c/ recursos do FS	603,9	0,0		
Deduções à Meta de Primário das Empresas Estatais Federais	8.920,5	9.630,1		
Novo PAC (Estatais)	1.043,7	609,6		
Ajuste Reequilíbrio Econômico	7.876,7	9.020,6		

Fonte: STN/MF, SOF/MPO, SEST/MGI e BCB.

Elaboração: STN/MF.



Acompanhamento do limite de despesas primárias

Despesas orçamentárias primárias sujeitas à LC n° 200/2023 – janeiro a abril de 2026 – R\$ milhões

Discriminação	Despesas Orçamentárias Primárias LC 200/2023				
	Base 2025	Limite 2026	Dotação Atualizada 2026	Despesas Pagas jan-abr 2026	Pagamentos Totais jan-abr 2026
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]
TOTAL	2.261.125,7	2.392.697,8	2.389.198,8	591.633,9	732.711,0
1. Poder Executivo	2.173.862,5	2.298.467,6	2.294.968,7	564.215,5	703.240,3
2. Poder Legislativo	17.402,2	18.791,6	18.791,6	4.958,3	5.533,5
2.1 Câmara dos Deputados	8.365,3	9.033,1	9.033,1	2.276,6	2.603,6
2.2 Senado Federal	6.157,5	6.649,1	6.649,1	1.819,7	1.938,3
2.3 Tribunal de Contas da União	2.879,4	3.109,3	3.109,3	862,1	991,6
3. Poder Judiciário	59.949,0	64.735,1	64.735,1	19.037,0	20.371,3
3.1 Supremo Tribunal Federal	894,7	988,1	988,1	254,1	305,4
3.2 Superior Tribunal de Justiça	2.103,0	2.260,9	2.260,9	590,2	705,1
3.3 Justiça Federal	15.514,5	16.753,1	16.753,1	5.145,0	5.537,6
3.4 Justiça Militar da União	755,9	815,2	815,2	236,0	254,3
3.5 Justiça Eleitoral	10.223,3	11.039,5	11.039,5	3.019,1	3.194,5
3.6 Justiça do Trabalho	26.415,8	28.524,8	28.524,8	8.373,0	8.915,3
3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Território	3.736,4	4.034,7	4.034,7	1.335,3	1.368,0
3.8 Conselho Nacional de Justiça	305,4	318,8	318,8	84,3	91,0
4. Defensoria Pública da União	759,0	819,6	819,6	223,0	313,3
5. Ministério Público da União	9.153,1	9.883,9	9.883,9	3.200,1	3.252,6
5.1 Ministério Público da União	9.036,7	9.758,2	9.758,2	3.165,3	3.216,5
5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	116,4	125,7	125,7	34,7	36,1

Fonte e Elaboração: STN/MF.



Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

Fatores de variação da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2026

Fatores Condicionantes	R\$ milhões	% do PIB
DLSP - Saldo em Dezembro de 2025	8.311.086	65,2
DLSP – variação acumulada no ano	331.922	1,6
Juros nominais	266.690	2,1
Déficit Primário do Setor Público	-6.624	-0,1
Ajustes metodológicos e outros ajustes	70.081	0,5
Reconhecimento de dívidas	1.775	0,0
Privatizações	0	0,0
Efeito crescimento PIB – dívida		-1,0
DLSP – Saldo em Março de 2026	8.643.008	66,8
PIB Nominal - Março de 2026	12.933.199	

Fonte: Nota de Estatísticas Fiscais do BCB - Tabela 6 – Evolução da dívida líquida – Fatores condicionantes–Fluxos acumulados por ano. Dados preliminares.

Em 2026, até março, a DLSP subiu de 65,2% do PIB para 66,8% do PIB, o que se explica principalmente pelos juros nominais (2,1 p.p.). A evolução do PIB (-1,0 p.p.) foi o fator mais relevante no sentido de reduzir a razão DLSP/PIB.



Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

Fatores de variação da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em 2026

Fatores Condicionantes	R\$ milhões	% do PIB
DBGG - Saldo em Dezembro de 2025	10.017.919	78,6
DBGG– variação acumulada no ano	337.833	1,4
Juros nominais	315.948	2,4
Emissões Líquidas	45.724	0,4
Ajustes metodológicos e outros ajustes	-27.456	-0,2
Reconhecimento de dívidas	3.617	0,0
Privatizações	0	0,0
Efeito crescimento PIB – dívida		-1,2
DBGG – Saldo em Março de 2026	10.355.752	80,1
PIB Nominal - Março de 2026	12.933.199	

Fonte: Nota de Estatísticas Fiscais do BCB - Tabela 19 – Dívida bruta do Governo Geral – Fatores condicionantes – Fluxos acumulados por ano. Dados preliminares.

Em 2026, até março, a DBGG subiu 1,4 p.p. para 80,1% do PIB. A elevação da DBGG explica-se primordialmente pelos juros nominais (2,4 p.p.). A evolução do PIB foi o principal fator que atuou reduzindo a razão dívida/PIB no ano (-



Resultado primário do Governo Central para 2026 – Relatório Bimestral (2º bimestre)

Discriminação	LOA 2026	Avaliação 1º Bimestre (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)
1. Receita Primária Total	3.198.061	3.197.503	3.218.010
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	2.040.990	2.032.430	2.051.993
Arrecadação Líquida para o RGPS	793.153	785.289	788.330
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	363.918	379.785	377.687
2. Transferências por Repartição de Receita	607.467	620.564	636.661
3. Receita Líquida (1) - (2)	2.590.594	2.576.939	2.581.349
4. Despesas Primárias	2.613.510	2.636.779	2.641.658
Obrigatórias	2.373.237	2.392.096	2.422.177
Discrecionárias do Poder Executivo *	240.273	244.683	219.480
5. Resultado Primário (3) - (4)	-22.916	-59.840	-60.309
6. Dedução EC 136, ADPF 1236 e LCs 221 e 223	57.836	63.355	64.362
7. Resultado Primário após Dedução (5) + (6)	34.920	3.515	4.053
8. Centro da Meta de Resultado Primário OFS (art. 2º, caput, da LDO-2026)	34.265	34.265	34.265
9. Limite Inferior da Meta de Resultado Primário OFS (art. 2º, § 1º, II, da LDO-2026)	0	0	0
10. Espaço (+) / Ajuste (-) para o Centro da Meta (7) - (8)	656	-30.749	-30.212
11. Espaço (+) / Ajuste (-) para o Limite Inferior da Meta (7) - (9)	34.920	3.515	4.053

* Compreende a dotação orçamentária conjugada com créditos adicionais em tramitação quando da elaboração das avaliações, deduzida a previsão de cancelamento de despesas em atendimento ao limite de despesas do Poder Executivo disposto na LC 200/2023.

Fontes: conforme Matriz de Responsabilidades.

Elaboração: SOF/MPO.

